



Procurador da PGE AL
Simulado de Reta Final
Provas Objetivas

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Este é o Simulado de Procurador da PGE-AL.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PGE-AL-09-10>

Cartão de Respostas								
1		21		41		61		81
2		22		42		62		82
3		23		43		63		83
4		24		44		64		84
5		25		45		65		85
6		26		46		66		86
7		27		47		67		87
8		28		48		68		88
9		29		49		69		89
10		30		50		70		90
11		31		51		71		91
12		32		52		72		92
13		33		53		73		93
14		34		54		74		94
15		35		55		75		95
16		36		56		76		96
17		37		57		77		97
18		38		58		78		98
19		39		59		79		99
20		40		60		80		100

PROVA OBJETIVA**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Marcel Torres

01. Analise as alternativas a seguir com base na jurisprudência atual e marque a alternativa correta.

- a) É cabível mandado de segurança para impugnar ato normativo que fixa medidas restritivas para prevenir a disseminação da covid-19.
- b) É cabível a impetração de habeas corpus na hipótese de suspensão temporária do direito de visita presencial de genitor ao filho menor causada pela pandemia da covid-19.
- c) Não é cabível habeas corpus para impugnar ato normativo que fixa medidas restritivas para prevenir a disseminação da covid-19.
- d) O risco de contaminação pelo coronavírus (covid-19) em casa de acolhimento (abrigo) não é o suficiente para justificar a manutenção da criança com a família substituta.
- e) É cabível a impetração de habeas corpus na hipótese de suspensão temporária do direito de visita presencial de genitor ao filho menor causada pela pandemia da covid-19.

02. Analise as alternativas a seguir com base na jurisprudência atual e marque a alternativa correta.

- a) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pode impor limites às despesas de folha complementar do Ministério Público, ainda que este não tenha podido contribuir para a elaboração do diploma normativo.
- b) É constitucional a vedação de continuidade da percepção de aposentadoria especial se o beneficiário permanece laborando em atividade especial ou a ela retorna, seja essa atividade especial aquela que ensejou a aposentação precoce ou não.
- c) É válida a determinação de cassar o benefício previdenciário do aposentado especial da área de saúde que estiver trabalhando diretamente no combate à covid-19 ou atendendo pessoas

atingidas pela doença em hospitais ou instituições congêneres, públicos ou privados.

- d) É inconstitucional a instituição de programa de estágio de pós-graduação por Procuradorias Estaduais, por representar via transversa de contratação de servidores públicos em caráter temporário.
- e) É inconstitucional a instituição de programa de estágio de pós-graduação por Procuradorias Estaduais, por violar o princípio da eficiência.

03. Analise as alternativas a seguir com base na jurisprudência atual e marque a alternativa correta.

- a) Configura ofensa ao princípio da presunção de inocência impedir que uma pessoa investigada em inquérito policial ou que responda a ação penal em andamento realize matrícula e participe de curso de reciclagem de vigilantes.
- b) É constitucional a norma do Estado que autoriza a utilização de 70% do saldo da conta única de depósitos judiciais, ainda que decorrentes de processos em que o estado não seja parte.
- c) É constitucional lei que, ao criar cargos de provimento em comissão, reserve 15% das vagas para preenchimento por servidores públicos e permita a livre nomeação para preenchimento dos restantes.
- d) É constitucional a norma estadual que estabelece a idade mínima de 21 anos e a máxima de 65 anos para ingresso na magistratura regional.
- e) São constitucionais normas das Constituições Estaduais que proibam ou restrinjam a construção de usinas e depósitos nucleares nos territórios estaduais.

04. Com relação ao princípio da dignidade da pessoa humana, julgue os itens a seguir:

- I. Cabe mandado de injunção em face da ausência de fixação do valor da renda básica de cidadania, instituída por lei federal, cuja omissão é atribuída ao Presidente da República.

II. São constitucionais dispositivos da Constituição do estado que possibilitem a intervenção estadual em municípios quando se verificar, sem justo motivo, impontualidade no pagamento de empréstimo garantido pelo estado ou quando forem praticados, na Administração municipal, atos de corrupção devidamente comprovados.

III. É constitucional lei estadual que destine parcela da arrecadação de emolumentos extrajudiciais a fundos dedicados ao financiamento da estrutura do Poder Judiciário ou de órgãos e funções essenciais à Justiça.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

05. Com relação ao direito constitucional intertemporal, julgue os itens a seguir:

I. A norma poderá ser objeto de recepção se guardar compatibilidade formal e material perante a Constituição sob cuja regência ela foi editada.

II. A norma poderá ser objeto de recepção se guardar compatibilidade formal e material perante a nova Constituição.

III. É condição para que ocorra a recepção de uma norma a sua vigência quando do advento da nova Constituição.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todos os itens estão corretos.

06. Quanto ao direito constitucional intertemporal, analise os itens a seguir.

I. Quando normas constitucionais afetam fatos jurídicos já consumados, tem-se o caso de retroatividade restitutória.

II. Quando normas constitucionais afetam os efeitos pendentes de atos jurídicos verificados antes dela, tem-se o caso de retroatividade média.

III. Quando normas constitucionais atingem apenas os efeitos dos fatos anteriores, verificados após a data em que ela entra em vigor, tem-se retroatividade mitigada.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todos os itens estão corretos.

07. Acerca das características dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:

a) A universalidade diz respeito à possibilidade de exercício cumulado de direitos fundamentais.

b) Segundo a doutrina, os direitos fundamentais possuem também um status negativo, que se relacionam à posição de subordinação com relação aos poderes públicos.

c) De acordo com a teoria dos deveres de proteção, os direitos fundamentais cuidam apenas do estabelecimento de relações entre os indivíduos e o Estado.

d) Serve a teoria dos deveres de proteção como meio de vinculação dos particulares aos direitos fundamentais assegurados pela Constituição, pelo que o Estado não fica apenas obrigado a abster-se da violação dos direitos fundamentais, como também a atuar positivamente na proteção de seus titulares diante de lesões e ameaças providas de terceiro.

e) A eficácia externa dos direitos fundamentais indica a sua aplicação na relação entre desiguais.

08. Acerca do processo legislativo, assinale a alternativa correta:

- a) O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em dois turnos de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
- b) O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, podendo ser objeto de emenda que, se aprovada, será enviado à sanção ou promulgação.
- c) A Casa na qual tenha sido iniciada a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.
- d) Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á expressa ou tacitamente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
- e) O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.

09. Analise as assertivas a seguir e marque a alternativa incorreta:

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.
- b) Quando houver deficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.
- c) Caso a cobrança de contribuição ordinária sobre aposentadoria e pensões que superem o valor do salário-mínimo não baste para equacionalização atuarial do sistema, é facultada a instituição de contribuição extraordinária, no âmbito da União, dos servidores públicos ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

d) A contribuição extraordinária instituída para a equacionalização de déficit independe de outras medidas e vigorará por período indeterminado.

e) Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.

10. Acerca das limitações ao poder de tributar, assinale a alternativa correta:

- a) A instituição dos emolumentos cartorários por ato do tribunal de justiça afronta o princípio da reserva legal.
- b) Não é inconstitucional a instituição de nova contribuição compulsória, por meio de acordo ou convenção coletiva, a empregados não filiados ao sindicato beneficiário da exação.
- c) Viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita ao ato normativo infralegal fixar o valor de taxa.
- d) Não respeita o princípio da legalidade a lei que disciplina os elementos essenciais determinantes para o reconhecimento da contribuição de interesse de categoria econômica como tal e deixa um espaço de complementação para o regulamento.
- e) É constitucional a lei que delega aos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a competência de fixar ou majorar, sem parâmetro legal.

11. A doutrina, no estudo das normas constitucionais, passa agrupa-las de acordo com a sua finalidade, pelo que surge o conceito de elementos da Constituição.

Segundo esse conceito, marque a alternativa que corretamente classifica as normas correlacionadas abaixo, segundo a sua ordem de apresentação.

I. ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

II. garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

III. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

IV. Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

a) Elemento orgânico; Elemento Limitativo; Elemento Socioideológico; Elemento de Estabilização Constitucional.

b) Elemento Limitativo; Elemento orgânico; Elemento Socioideológico; Elemento de Estabilização Constitucional.

c) Elemento Limitativo; Elemento formal de aplicabilidade; Elemento orgânico; Elemento de Estabilização Constitucional.

d) Elemento Limitativo; Elemento Socioideológico; Elemento orgânico; Elemento de Estabilização Constitucional.

e) Elemento orgânico; Elemento Limitativo; Elemento Socioideológico; Elemento de formal de aplicabilidade.

12. Com o intuito de combater a crise decorrente da pandemia desencadeada pela Covid-19, foi editada a Lei Complementar 173/2020, que estabeleceu uma série de proibições temporárias aplicáveis à União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados, como proibição de criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa, alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa, conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou

adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, dentre outras.

Sobre referidas proibições, assinale a alternativa que representa o entendimento que restou pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal:

a) Referidas medidas violam a Constituição Federal, por ofensa ao princípio da separação dos poderes.

b) A edição da norma em comento se insere na competência da União para legislar sobre finanças públicas.

c) A norma mencionada é inconstitucional por tratar de matéria de organização administrativa, que compete à cada ente federado.

d) Para a aplicação das medidas indicadas, faz-se necessária a edição de lei específica, de iniciativa do chefe do poder executivo regional ou local, por tratar de questões atinentes à remuneração dos respectivos servidores públicos.

e) As medidas indicadas sofrem de vício de constitucionalidade material.

13. Quanto à atuação do Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.

a) Em caso de multa imposta por tribunal de contas estadual a responsáveis por irregularidades no uso de bens públicos, a ação de cobrança somente pode ser proposta pelo ente público beneficiário da condenação do tribunal de contas.

b) Ao contrário do quanto aplicável ao poder judiciário, a Corte de Contas não possui iniciativa para desencadear o processo legislativo que vise alterar sua organização e funcionamento.

c) Os tribunais de contas são órgãos delegatários do poder legislativo, a ele se achando subordinados, por vínculo de ordem hierárquica.

d) A qualificação profissional formal é requisito à nomeação de conselheiro de tribunal de contas estadual.

e) O Ministério Público junto ao TCU dispõe de fisionomia institucional própria.

14. Dentre as classificações atribuídas às Constituições, é correto assinalar que a Constituição Brasileira de 1988 é

- a) sintética, quanto à extensão.
- b) não escrita, quanto à forma.
- c) material, quanto ao conteúdo.
- d) promulgada, quanto à origem.
- e) flexível, quanto à alterabilidade.

15. Acerca do poder constituinte, assinale a alternativa correta:

- a) A mutação constitucional constitui mecanismo formal de alteração decorrente do poder constituinte difuso.
- b) O sistema jurídico nacional não admite o fenômeno da repristinação, em qualquer hipótese.
- c) O poder constituinte revisor é uma das formas de alteração da Constituição.
- d) As normas constitucionais fruto da manifestação do poder constituinte originário têm, por regra geral, retroatividade média.
- e) A doutrina majoritária entende aplicável a teoria da dupla revisão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

16. Acerca do Regime Jurídico Administrativo, é correto afirmar:

- a) Por meio da prerrogativa da autotutela é possível que a Administração reveja seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade e de mérito.
- b) O sistema de unicidade de jurisdição de origem francesa, confere ao Poder Judiciário a prerrogativa de decidir de maneira definitiva sobre a juridicidade de todos os atos praticados por particulares ou pela Administração Pública.
- c) Administração Pública, em sentido objetivo, é a cúpula diretiva do Estado, responsável pela condução das atividades estatais, ou seja, o conjunto de poderes e órgãos constitucionais.

d) De acordo com o princípio da indisponibilidade do interesse público, há uma preponderância do interesse da Administração sobre o interesse particular.

e) Em obediência ao princípio da legalidade, a vedação à prática do nepotismo no âmbito da administração pública é condicionada à edição de lei formal.

17. No que diz respeito à Organização Administrativa, é correto afirmar:

- a) A autarquia é um ente personalizado, integrante da Administração Pública indireta, cuja criação é autorizada por lei.
- b) Empresa pública é uma entidade privada criada por lei com a finalidade de realizar um serviço público.
- c) A desconcentração e a descentralização pressupõem a criação de novos entes, com personalidade jurídica própria, no primeiro caso para execução direta e, no segundo, para execução indireta de atividades públicas.
- d) As entidades integrantes da Administração Indireta sujeitam-se ao controle finalístico da pessoa política, por meio do órgão da Administração Direta a que estejam vinculadas, em razão do poder hierárquico da pessoa política que as criou.

e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista que explorem atividade econômica em sentido estrito não respondem objetivamente pelos danos que causarem a terceiros.

18. Nos termos da Lei Estadual 5.427/91 que dispõe acerca do Regime Jurídico dos Servidores Estaduais do Estado de Alagoas, a penalidade de suspensão aplicada em caso de reincidência na falta punida com advertência não poderá exceder à:

- a) 45 dias.
- b) 30 dias.
- c) 60 dias.
- d) 120 dias.
- e) 90 dias.

19. Conforme a Lei 8.429/92, assinale a alternativa que apresenta um ato de improbidade administrativa que pode ser sancionado a título de culpa:

- a) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- b) Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- c) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público.
- d) Frustrar a licitude de concurso público.
- e) Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

20. Nos termos da Lei 14.133/2021 é correto afirmar:

- a) O credenciamento é o procedimento técnico-administrativo utilizado para selecionar previamente licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação.
- b) Na pré-qualificação aberta a bens, não poderá ser exigida a comprovação de qualidade.
- c) A licitação que se seguir ao procedimento da pré-qualificação poderá ser restrita a licitantes ou bens pré-qualificados.
- d) O edital de licitação para registro de preços deverá dispor sobre a quantidade máxima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida.
- e) Não é permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido no caso de alimento perecível.

21. Sobre Atos Administrativos, é correto afirmar:

- a) Coercitividade, Presunção de Legitimidade e Imperatividade são requisitos do ato administrativo.
- b) Revogação é a supressão de um ato discricionário legítimo e eficaz, realizada pela Administração e pelo Judiciário, por não mais lhe convir sua existência.
- c) Atos complexos são aqueles cujo conteúdo resulta da manifestação de um só órgão ou autoridade, mas a sua edição ou a produção de seus efeitos depende de um outro ato que o aprove.
- d) A licença, a autorização e permissão são espécies de atos negociais.
- e) O exercício, pela Administração Pública, do poder de anular seus próprios atos não está sujeito a limites temporais, por força do princípio da supremacia do interesse público.

22. Acerca dos Bens Públicos, é correto afirmar:

- a) Entre os bens públicos, apenas os dominicais são sujeitos a usucapião.
- b) As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos Estados, retiram o domínio da União, desde que se mantenha inerte ou tolerante, em relação aos possuidores.
- c) Construção ou atividade irregular em bem de uso comum do povo não revela dano presumido à coletividade, sendo indispensável prova de prejuízo em concreto.
- d) Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista, ainda que sujeitos a uma destinação pública, são suscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião.
- e) Imóvel de propriedade da administração pública utilizado como centro administrativo pode ser alienado após a devida desafetação e mediante autorização legislativa.

23. Sobre o Terceiro Setor, é incorreto afirmar:

- a) As instituições religiosas não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- b) As fundações públicas são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- c) Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.
- d) É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.
- e) Para qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado não podem ter fins lucrativos, devem ter sido constituídas e se encontram em funcionamento regular há, no mínimo, 3 anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos em lei.

24. Nos termos da jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar:

- a) É constitucional lei estadual que afirme que os Deputados Estaduais deverão receber 75% do subsídio dos Deputados Federais.
- b) A justiça do trabalho é competente para processar e julgar ação em que se discute a reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea.
- c) É subjetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.
- d) É inconstitucional lei estadual que preveja que o Governador e o Vice-Governador do Estado não poderão receber remuneração inferior ao subsídio percebido pelos Desembargadores e pelos Deputados Estaduais.

e) É constitucional lei estadual que estabeleça prazo decadencial de 10 (dez) anos para anulação de atos administrativos reputados inválidos pela Administração Pública estadual.

25. No que diz respeito aos Contratos Administrativos, nos termos da Lei 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) Nos termos da Lei 14.133/2021, a Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato, dentro do prazo de 01 ano e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- b) A divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) deverá ocorrer no prazo de 20 dias úteis, no caso de licitação, contados da data de sua assinatura.
- c) Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 15% (quinze por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.
- d) No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 40 (quarenta) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.
- e) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

26. Sobre Serviços Públicos, nos termos da Lei 8.987/95, é correto afirmar:

- a) A interrupção do serviço público, por inadimplemento do usuário, após prévio aviso poderá iniciar-se na sexta-feira.
- b) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando o débito decorrer de irregularidade no hidrômetro ou no medidor de energia elétrica, apurada unilateralmente pela concessionária.
- c) Incumbe ao Poder Concedente declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será daquele a responsabilidade pelas indenizações cabíveis.
- d) No caso de descumprimento das normas do contrato de concessão pelo poder concedente, o contratado poderá interromper o serviço prestado, após prévio ajuizamento de ação judicial pleiteando a rescisão do contrato.
- e) A interferência judicial para invalidar a estipulação das tarifas de transporte público urbano viola a ordem pública.

27. Assinale a alternativa correta sobre Intervenção do Estado na Propriedade Privada:

- a) A indenização pela limitação administrativa ao direito de edificar, advinda da criação de área non aedificandi, é devida quando imposta sobre imóvel urbano ou rural e desde que fique demonstrado o prejuízo causado ao proprietário da área.
- b) Os juros moratórios incidem pela simples perda antecipada da posse, no caso de desapropriação, e pela limitação da propriedade, no caso de servidão administrativa.
- c) Inexistindo ofensa à harmonia estética de conjunto arquitetônico tombado, não há falar em demolição de construção acrescida.
- d) É devido o direito à indenização mesmo se o imóvel expropriado foi adquirido após a imposição de limitação administrativa.
- e) O ato de tombamento ainda que geral precisa individualizar os bens abarcados pelo tomo.

28. Nos termos da Lei Estadual 6.161/00 acerca do Processo Administrativo, é correto afirmar.

- a) A competência é renunciável.
- b) Pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.
- c) O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- d) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de três dias, salvo motivo de força maior.
- e) O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.

29. Sobre Concursos Públicos é correto afirmar:

- a) É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, desde que haja previsão expressa em edital do concurso público
- b) A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público não gera direito à indenização, ainda que a demora tenha origem em erro reconhecido pela própria Administração Pública.
- c) Nos casos de preterição de candidato na nomeação em concurso público, o termo inicial do prazo prescricional quinquenal recai na data da homologação do concurso público.
- d) A exclusão do candidato, que concorre à vaga reservada em concurso público, pelo critério da heteroidentificação, constatada a fraude, prescinde o franqueamento do contraditório e da ampla defesa.
- e) Há configuração de preterição de candidato aprovado em concurso público na hipótese em que a administração pública procede à nomeação de outros candidatos em classificação inferior, ainda que por força de decisão judicial.

30. Em relação à Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) A responsabilidade civil por danos nucleares é integral, podendo ser afastada em casos extremos de força maior.
- c) A demora injustificada da Administração em analisar o pedido de aposentadoria do servidor público não gera o dever de indenizá-lo.
- d) O Estado possui responsabilidade civil direta, primária e subjetiva pelos danos que notários e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.
- e) A pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público não possui responsabilidade civil em razão de dano decorrente de crime de furto praticado em suas dependências.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

31. De acordo com o princípio da não cumulatividade do ICMS, é correto afirmar:

I. Compensa-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.

II. A isenção, salvo determinação em contrário da legislação, implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes.

III. Compensa-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante pago nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.

Assim, está correto o que se afirma em

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Somente a alternativa I está correta.

c) Somente a alternativa III está correta.

d) Estão corretas as alternativas II e III

e) Nenhuma das alternativas

32. Entre as alternativas que seguem, assinale a forma de desoneração tributária pela qual não nascem nem a obrigação tributária, nem o respectivo crédito por força do não-exercício da competência a que tem direito o poder tributante.

a) Isenção.

b) Alíquota zero.

c) Remissão

d) Não-incidência.

e) Imunidade.

33. As imunidades são normas negativas de competência tributária, figurando na constituição, ainda, como limitações constitucionais ao poder de tributar. Sobre as imunidades, é correto afirmar que:

I - As imunidades tributárias a impostos em favor dos templos e das entidades educacionais sem fins lucrativos são incondicionadas.

II - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é uníssona no sentido de que a imunidade dos livros deve ser interpretada restritivamente, não havendo dissenso quanto a isso, porquanto imunidades são normas de exceção.

III - As imunidades constam em diversos artigos do texto constitucional, e, conforme o dispositivo, dizem respeito a impostos, a contribuições ou mesmo a taxa, não se podendo, onde a imunidade é relativa a impostos, pretender estendê-la a outras espécies tributárias.

IV - A imunidade recíproca a impostos tem caráter subjetivo, alcançando tão somente os entes políticos e suas autarquias, jamais se podendo estendê-la às empresas públicas e às sociedades de economia mista, para as quais o texto constitucional inclusive veda privilégios fiscais.

Assim, está correto o que se afirma em

a) Somente a alternativa II está correta.

b) Somente a alternativa III está correta.

c) Estão corretas as alternativas II e III

d) Estão corretas as alternativas II e IV

e) Estão corretas as alternativas I, III e IV

34. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, reserva à lei complementar disciplinar algumas matérias. As opções a seguir apresentam hipóteses em que há reserva constitucional de lei complementar, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Definir os serviços que estarão sujeitos à tributação pelo ISS.
- b) Prever casos de manutenção de crédito de ICMS, relativamente à remessa para outro Estado e à exportação de serviços e mercadorias.
- c) Conceder isenções, incentivos e benefícios fiscais de ICMS pelos Estados.
- d) Fixar, para efeito da cobrança de ICMS e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviço.
- e) Disciplinar o regime de compensação do ICMS.

35. Dentre as alternativas abaixo, aponte aquela que estiver correta:

I - A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária;

II - A obrigação tributária é principal ou acessória, em ambos os casos surgindo com a ocorrência do fato gerador e tendo por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente;

III - Na relação jurídica tributária, o sujeito ativo é titular do dever de recolher o tributo, ao passo que, o sujeito passivo corresponde ao titular do direito de receber o montante devido;

Assim, está correto o que se afirma em

- a) Somente a alternativa I está correta.
- b) Somente a alternativa II está correta.
- c) Somente a alternativa III está correta.
- d) Estão corretas as alternativas I e II
- e) Estão corretas as alternativas I e III

36. Com referência aos aspectos legais da responsabilidade tributária, assinale a opção correta.

a) Antes da conclusão de procedimento de transformação de uma empresa limitada em sociedade anônima, deve-se quitar a dívida tributária, haja vista a impossibilidade legal de esta vir a ser cobrada da nova empresa.

b) No caso de infrações tributárias que também configurem ilícitos penais, a responsabilidade pela multa eventualmente aplicada é pessoal e pertence à pessoa que tenha praticado o ato ilícito, respondendo, solidariamente, a pessoa jurídica pelo valor a ser pago.

c) Considere-se que João tenha adquirido em hasta pública uma casa cujo proprietário anterior deixará de pagar, em vários exercícios, o IPTU. Nessa situação, os créditos tributários decorrentes de impostos cujo fato gerador seja a propriedade de bens imóveis sub-rogam-se na pessoa do adquirente.

d) A extinta CPMF é exemplo de responsabilidade tributária por substituição, visto que, embora o fato gerador do tributo fosse a movimentação bancária e o contribuinte, era o correntista que movimentava os próprios recursos financeiros, a lei determinava às instituições financeiras o dever de recolher o tributo.

e) Considere-se que um contribuinte, ao preencher sua declaração de imposto de renda, tenha omitido rendimentos auferidos no exercício e que, ao receber pedido de esclarecimentos formulado pela administração tributária, tenha preferido corrigir a declaração inicial e pagar o valor do imposto apurado com os acréscimos legais. Nessa situação, o fisco não pode aplicar qualquer sanção ao contribuinte, haja vista a caracterização da denúncia espontânea.

37. Com relação ao crédito tributário e de acordo com o Código Tributário Nacional, traz somente uma modalidade de suspensão, uma de extinção e uma de exclusão:

- a) transação, moratória e anistia.
- b) depósito do montante integral, concessão de tutela antecipada e isenção.
- c) isenção, remissão e decadência.
- d) anistia, pagamento e compensação.
- e) consignação em pagamento, nos termos do disposto no parágrafo segundo do artigo 164 do CTN, conversão de depósito em renda e anistia.

38. De acordo com o decreto 10.306/2011 do Estado de Alagoas:

I - No ITCMD ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os herdeiros, legatários ou donatários, ainda que o bem ou direito seja indivisível;

II - É hipótese de incidência do ITCMD, a título de doação, a retratação do contrato de doação que já houver sido lavrado e transcrito;

III - São bens ou direitos sujeitos ao ITCMD na transmissão causa mortis ou doação qualquer título ou direito representativo do patrimônio ou capital de sociedade e companhia, tal como ação, quota, quinhão, participação civil ou comercial, nacional ou estrangeira, direito societário, debênture, dividendo e crédito de qualquer natureza.

Assim, está correto o que se afirma em

- a) As três afirmativas estão corretas;
- b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
- c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;
- d) Todas as afirmativas são erradas;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

39. De acordo com Lei 6.555/2004 do Estado de Alagoas o fato gerador do IPVA alagoano ocorre:

I - para veículo novo, inclusive montado em local diverso do fabricante do chassi, na data da incorporação ao ativo permanente de empresa fabricante ou revendedora;

II - quando se tratar de veículo não registrado e não licenciado em Alagoas na data da aquisição, mesmo se houver comprovação do pagamento do IPVA em outra Unidade Federativa;

III - quando o veículo tiver procedência estrangeira, para efeito da primeira tributação, na data da aquisição por consumidor final, quando importado por consumidor final.

Assim, está correto o que se afirma em

- a) As três afirmativas estão corretas;
- b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
- c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;
- d) Todas as afirmativas são erradas;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

40. De acordo com Lei 5.900/1996 do Estado de Alagoas

I - não há incidência de ICMS sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, exceto em se tratando de estabelecimento, a mercadoria importada se destine ao respectivo uso ou consumo ou ativo permanente;

II - o fato gerador do ICMS considera-se ocorrido da saída de mercadoria, a qualquer título, de estabelecimento de contribuinte, exceto se for para outro estabelecimento do mesmo titular;

III - não incide ICMS sobre operação com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

Assim, está correto o que se afirma em

- a) As três afirmativas estão corretas;
- b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
- c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;
- d) Todas as afirmativas são erradas;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Josias Barcelos

41. O Tribunal de Justiça do Estado do Alagoas foi comunicado pelo Governador que, em razão da crise sanitária, haverá o atraso de 30 dias do repasse do duodécimo. Caso o Tribunal impetre mandado de segurança contra o ato do governador, em razão do aludido repasse, será competente para julgar

- a) o Superior Tribunal de Justiça.
- b) a vara da fazenda pública da capital.
- c) o Tribunal de Justiça, por seu órgão especial.
- d) o Supremo Tribunal Federal.
- e) o Tribunal Regional Federal.

42. Em uma ação de investigação de paternidade, o Sr. José, parte no processo, concorda em realizar o exame de DNA nas irmãs, ao invés dos restos mortais do de cujus. Após a realização do exame, o resultado foi negativo. Inconformado com a conclusão, o Sr. José pede nova perícia, agora nos restos mortais do de cujus. O juízo pode indeferir o pedido de nova perícia sob o argumento de violar

- a) a boa-fé objetiva.
- b) o contraditório.
- c) a ampla defesa.
- d) a publicidade.
- e) a eficiência.

43. Julgue os itens a seguir sobre improbidade administrativa.

I. São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato culposo tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

II. Ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.

III. O processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67) impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992.

IV. É possível a decretação da indisponibilidade de bens do promovido em ação civil pública por ato de

improbidade administrativa, quando ausente (ou não demonstrada) a prática de atos (ou a sua tentativa) que induzam a conclusão de risco de alienação, oneração ou dilapidação patrimonial de bens do acionado, dificultando ou impossibilitando o eventual ressarcimento futuro.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) I e III.

44. Em relação ao acordo de não persecução cível da lei de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Segue o mesmo rito do acordo de não persecução penal.
- b) O STJ admite homologação em sede recursal.
- c) Não é admitida a interrupção do prazo para a contestação.
- d) Somente pode ser proposto pelo Ministério Público, por força de disposição legal.
- e) Limita-se a ações de atos ímprobos com valor inferior a R\$ 100 (cem) mil reais.

45. A respeito do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- a) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, haverá necessidade de autorização entre elas para impetrar o mandamus.
- b) É admitido mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- c) A entidade de classe não tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
- d) Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
- e) A teoria da encampação, segundo o STJ, tem lugar ainda que não se manifeste sobre o mérito, nas informações prestadas.

46. Reconhecida a continência entre as ações civis públicas propostas na Justiça Federal e na Justiça Estadual, segundo o STJ, assinale a alternativa correta.

- a) Devem ser mantidas nas respectivas justiças competentes.
- b) Resolve-se somente por meio de conflito de competências.
- c) Devem ser reunidas na Justiça Federal.
- d) Devem ser reunidas na Justiça Estadual.
- e) Devem ser reunidas no STJ.

47. Assinale a alternativa sobre impedimento do juiz, EXCETO.

- a) quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- b) em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços.
- c) amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- d) quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes.
- e) quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.

48. Julgue os itens abaixo, relativos a atos processuais.

I. As unidades do Poder Judiciário assegurarão às pessoas com deficiência acessibilidade aos seus sítios na rede mundial de computadores, ao meio eletrônico de prática de atos judiciais, à comunicação eletrônica dos atos processuais e à assinatura eletrônica.

II. Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

III. Os advogados privados devem restituir os autos no prazo do ato a ser praticado, por outro lado, os advogados públicos, o defensor público e o membro do Ministério Público podem exceder os

prazos, desde que autorizado pelo Chefe do respectivo órgão ou ente.

IV. A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) I e III.

49. Sobre a Reclamação, assinale a alternativa correta.

- a) Pode ser sucedâneo de ação rescisória.
- b) Admite produção de provas, inclusive pericial.
- c) O beneficiário da decisão impugnada é admitido no procedimento como assistente simples.
- d) Segundo o CPC, compreende a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam, na hipótese de garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.
- e) Em sede infraconstitucional, apenas o CPC possui previsão sobre a reclamação.

50. A respeito de precatórios, é correto afirmar que

- a) Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.
- b) A cessão de crédito alimentício implica a alteração de sua natureza.
- c) A execução provisória de obrigação de fazer em face da Fazenda Pública atrai o regime constitucional dos precatórios.
- d) Sociedades de economia mista que desenvolvem atividade econômica em regime concorrencial se beneficiam do regime de precatórios, previsto no art. 100 da Constituição da República.
- e) Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor não consubstanciam verba de natureza alimentar.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

51. De acordo com o Código Civil, somente se consideram interessados para requerer a sucessão provisória:

- a) o cônjuge não separado judicialmente;
- b) os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários;
- c) os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte;
- d) os credores de obrigações vencidas e não pagas;
- e) o Ministério Público.

52. Em relação à posse, é correto afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem;
- e) o possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos durante a posse.

53. Segundo o Código Civil, constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Quanto a essa modalidade de pessoa jurídica, é correto afirmar que:

- a) o associado nunca poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido por meio do estatuto;
- b) dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais poderá ser destinado a entidades de fins econômicos;
- c) apesar da premissa de que os associados têm direitos iguais, o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais;

d) pode-se instituir direitos e obrigações recíprocas entre os associados;

e) a qualidade de associado é intransmissível, ainda que o estatuto expresse o contrário.

54. Estará impedida, suspensa ou interrompida a decadência:

- a) quando pender condição suspensiva;
- b) quando não estiver vencido o prazo;
- c) quando for direito relacionado ao menor de dezesseis anos;
- d) quando se referir a relação entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;
- e) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

55. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é:

- a) do Município, a sede da Procuradoria Geral respectiva.
- b) do Município, a sede do partido ou coligação que atualmente governa.
- c) da União, a capital de cada Estado, a depende de onde ajuizada a ação.
- d) dos Estados, a respectiva capital.
- e) da União, Brasília.

56. Sem sentença penal condenatória transitada em julgado, o preso provisório possui domicílio:

- a) necessário, sendo esse o da própria prisão em que está;
- b) necessário, sendo esse o da sua residência;
- c) especial;
- d) voluntário, cabendo à autoridade do sistema prisional respectivo determinar qual;
- e) voluntário, aplicando-se ao preso provisório a regra geral do domicílio da pessoa natural.

57. O Direito brasileiro distingue validade e vigência, e, em alguma medida, eficácia. A lei pode ser válida, mas ainda pendente de vigência; bem como pode ser vigente, mas não eficaz. Se a lei entra em vigor na data de sua publicação, não há que se falar em *vacatio legis*, pelo que a norma vigora, de fato, imediatamente. No entanto, a LINDB traz regra específica para o caso de omissão, caso em que a lei começa a vigorar em todo o país:

- a) cento e oitenta dias após a sua publicação oficial.
- b) quarenta e cinco dias após sancionada pelo Presidente da República.
- c) noventa dias a contar de sua publicação oficial.
- d) quando Estado estrangeiro, noventa dias depois de oficialmente publicada.
- e) quarenta e cinco dias após a sua publicação oficial e, quando em Estado estrangeiro, três meses depois de oficial publicada.

58. Assinale a alternativa que corretamente avaliar as afirmativas abaixo

I - Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinadas as condições física ou juridicamente impossíveis, quando resolutivas.

II - Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei atualmente vigente.

III - A pessoa jurídica restará obrigada pelo negócio jurídico resultante de ato de seu administrador, ainda que esse ato tenha excedido o limite definido em seu ato constitutivo.

- a) são verdadeiras as afirmativas I e III;
- b) são falsas as afirmativas I e II;
- c) todas as afirmativas são falsas;
- d) todas as afirmativas são verdadeiras;
- e) são verdadeiras as afirmativas I e II.

59. Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra. Quanto a esse contrato gratuito, afirma o Código Civil que:

- a) a doação somente pode ser feita por meio de escritura pública;
- b) a doação importa antecipação de meação para os cônjuges e, desde que relativa à parte disponível do patrimônio, não importa antecipação de herança;
- c) a doação feita ao nascituro valerá, desde que aceita pelo seu representante legal;
- d) subsiste a doação de todos os bens sem reserva de parte, ainda que não reste renda suficiente para a subsistência do doador, desde que a doação observe as formalidades legais e seja ato voluntário do doador;
- e) a doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até quatro anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.

60. A sucessão dá-se por lei ou por disposição de última vontade. Ou seja, a herança será dividida conforme estabelece a lei, excetuando as disposições do falecido em testamento, por exemplo. Aquilo que fica de fora do testamento, ou se for caduco ou nulo o testamento, é regido pela lei. Mas, se morre a pessoa sem testamento, transmite-se a herança aos herdeiros legítimos. Em relação ao testamento, suas modalidades e peculiaridades, é correto afirmar que:

- a) são dispensadas testemunhas no testamento cerrado;
- b) é válido o testamento particular que, a despeito de não ter sido assinado de próprio punho pela testadora, contou com a sua impressão digital;
- c) é proibido o testamento conjuntivo, salvo se for recíproco;
- d) o testamento público não terá validade se o testador não souber assinar;
- e) no testamento particular, quando morto o testador, publicar-se-á em jornais de grande circulação o testamento, indicando-se os herdeiros legítimos.

DIREITO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

61. Tício é empregado da empresa de entregas XYZ Ltda., prestando serviços como motociclista, entregando todo tipo de encomendas, até mesmo material inflamável. No caso hipotético narrado e de acordo com a CLT, Eduardo tem direito ao adicional de

Alternativas

a) periculosidade, no percentual de 30% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta e insalubridade, no percentual de 40% sobre o salário mínimo, pela exposição a inflamável.

b) periculosidade, no percentual de 30% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta.

c) insalubridade, no percentual de 30% sobre o salário base, pela exposição a inflamável.

d) penosidade, no percentual de 40% sobre o salário-mínimo, pelo trabalho sujeito às intempéries climáticas e a acidente de trânsito.

e) periculosidade, no percentual de 40% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta.

62. No que se refere a férias, assinale a opção CORRETA:

a) O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono de férias serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

b) O empregado receberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida durante o período aquisitivo.

c) O período de férias não é computado como tempo de serviço.

d) É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, sendo que o referido abono deverá ser requerido até 10 (dez) dias antes do término do período aquisitivo.

e) O empregado poderá exigir do empregador que as férias sejam concedidas no período que melhor atenda aos seus interesses.

63. Assinale a alternativa CERTA:

a) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

b) É livre a associação profissional ou sindical, observado que é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

c) As pretensões quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescrevem em cinco anos para os trabalhadores urbanos e em dois anos para os rurais.

d) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quinze dias, nos termos da lei.

e) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de tempo de serviço, sexo, idade, cor ou estado civil.

64. Analise:

I. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de três, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

II. A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.

III. O banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.

IV. É direito do trabalhador jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

a) somente II está correta.

b) somente I e II estão corretas.

c) somente I está correta.

d) somente III e IV estão corretas.

e) somente II, III e IV estão corretas.

65. Tício, auxiliar administrativo, completou 18 anos e pretende se alistar como eleitor.

Mévio, recepcionista, necessita ausentar-se do emprego para acompanhar consulta médica de seu filho de 5 anos de idade.

Caio, gerente, pretende acompanhar sua esposa grávida em consulta médica pré-natal.

Considerando que todos são empregados, pela lei vigente, é correto dizer que podem faltar ao serviço, sem prejuízo do salário, considerando-se interrupção do contrato de trabalho, pelos seguintes períodos, respectivamente, por

Alternativas

a) até 5 dias consecutivos ou não; por 3 dias por ano e até 3 dias.

b) até 3 dias consecutivos ou não; por 2 dias por ano e até 2 dias.

c) até 2 dias consecutivos ou não; por 1 dia por ano e até 2 dias.

d) até 2 dias consecutivos ou não; por 2 dias por ano e até 3 dias.

e) até 2 dias consecutivos ou não; por 1 dia por ano e até 5 dias.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

66. Considere as seguintes decisões:

I. Que homologa a desistência da ação.

II. Que indefere a petição inicial.

III. Que acolhe exceção de incompetência com remessa dos autos para Tribunal Regional distinto.

IV. Que concede tutela provisória antes da sentença.

Caberá Recurso Ordinário contra as decisões mencionadas APENAS em

a) I e II.

b) I, III e IV.

c) II e IV.

d) I, II e III.

e) III e IV.

67. No que diz respeito ao rito sumaríssimo, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

b) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.

c) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Junta de Conciliação e Julgamento.

d) O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

e) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.

68. Tício, residente e domiciliado em São Paulo, foi contratado para trabalhar no Rio de Janeiro. Na contratação, as partes elegeram o foro da cidade de Fortaleza para dirimir qualquer questão decorrente da prestação de serviços. 3 anos após sua contratação, Tício foi transferido para Porto Alegre. 2 anos após a transferência foi demitido. Na dispensa, Tício não recebeu corretamente as verbas rescisórias. Neste caso, Tício deverá promover a reclamação trabalhista na cidade de

- a) São Paulo ou Porto Alegre, a critério do empregado.
- b) São Paulo.
- c) Rio de Janeiro.
- d) Porto Alegre.
- e) Fortaleza.

69. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.
- b) Na reclamação trabalhista feita por escrito, o pedido deverá ser certo, determinado e com indicação do valor, sob pena de ser julgado extinto sem resolução do mérito.
- c) A fundamentação da sentença não faz coisa julgada material.
- d) A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal em qualquer caso.
- e) Segundo o STF, o prazo de trinta dias para a fazenda pública embargar a execução é constitucional e não ofende os princípios da isonomia e do devido processo legal.

70. Sobre o processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial é correto afirmar que

Alternativas

- a) o processo terá início com a petição do empregado, solicitando ao juízo a homologação de acordo extrajudicial para com o empregador, devidamente assistido pelos advogados de ambas

as partes, e o primeiro poderá ser representado pelo advogado do sindicato da sua categoria profissional, e tal feito suspende o curso do lustrro prescricional.

b) o processo terá início com a petição de empregado e empregador, assistidos de advogado conjunto, solicitando ao juízo a homologação de acordo extrajudicial, e tal feito suspende o curso do lustrro prescricional.

c) o processo terá início com a petição do empregador, solicitando ao juízo a homologação de acordo extrajudicial para com o empregado, devidamente assistido pelos advogados de ambas as partes, e o empregado poderá ser representado pelo advogado do sindicato da sua categoria profissional, e tal feito suspende o curso do lustrro prescricional.

d) o processo terá início com a petição conjunta de empregado e empregador, devidamente assistidos de seus respectivos advogados, solicitando ao juízo a homologação de acordo extrajudicial, sendo que o empregado poderá ser representado pelo advogado do sindicato da sua categoria profissional e tal feito suspende o curso do lustrro prescricional.

e) Cumpridos os requisitos formais previstas na CLT para a homologação de acordo extrajudicial, cabe mandado de segurança contra decisão que não realizar a homologação.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

71. Segundo a Lei n. 4.320 de 1964, NÃO integrará ou acompanhará a Lei Orçamentária Anual:

- a) autorização para a alienação de bem imóvel pertencente ao Estado.
- b) sumário geral da receita por fontes e respectiva legislação.
- c) quadro discriminativo da receita por fontes.
- d) quadro das dotações por órgãos do Governo.
- e) quadro demonstrativo da receita.

72. Considerando-se o Direito Financeiro na Constituição de 1988, o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público estão compreendidas na lei

- a) do orçamento anual.
- b) orgânica.
- c) de responsabilidade fiscal.
- d) de diretrizes orçamentárias.
- e) do plano diretor.

73. É considerada uma fonte secundária do Direito Financeiro:

- a) Constituição Federal.
- b) Resoluções.
- c) Leis Complementares.
- d) Leis Ordinárias.
- e) Medida Provisória.

74. A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi introduzida pela Constituição de 1988 e contou com um importante reforço da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo a LRF, a LDO deve:

- a) dispor acerca de critérios para equilíbrio entre receitas e despesas.
- b) ser acompanhada das medidas de compensação a renúncias de receita.
- c) ser acompanhada das medidas de compensação ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- d) estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública.
- e) incluir demonstrativo do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro.

75. Considerando-se as fontes do Direito Financeiro, a atividade financeira do Estado obedece a regras específicas contidas em diferentes instrumentos normativos. A respeito dessas regras, é correto afirmar que

- a) estão previstas na Constituição Federal, em leis complementares, em leis ordinárias, em normativos infraconstitucionais e em recomendações dos tribunais de contas.
- b) estão previstas apenas na Constituição Federal, que traz o conjunto suficiente de regras aplicáveis à atividade financeira do Estado.
- c) estão previstas apenas em leis complementares, dada a natureza geral dessas regras.
- d) são decorrência das práticas reiteradas da Administração Pública ao longo dos anos, não se apresentando de forma sistemática em nenhum instrumento jurídico.
- e) seguem apenas as regras estabelecidas por cada ente federativo levando em consideração a sua própria realidade local.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

76. É instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, expresso na Lei federal nº 9.433/97:

- a) O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo a discricionariedade do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
- b) A cobrança pelo uso de recursos hídricos.
- c) A compensação aos Estados.
- d) A outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, que não poderá exceder vinte e cinco anos, renovável.
- e) O sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.

77. Assinale a alternativa que corresponde a uma área de preservação permanente:

- a) As bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais.
- b) As áreas em altitude superior a 1.600 (mil e seiscentos) metros, qualquer que seja a vegetação.
- c) As faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura.
- d) As restingas, em toda a sua extensão.
- e) Os manguezais, quando fixadoras de dunas.

78. Qual unidade de conservação é caracterizada por ser uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais?

- a) Floresta Nacional.
- b) Reserva de Fauna.
- c) Monumento Natural.
- d) Estação Ecológica.
- e) Área de Proteção Ambiental.

79. Acerca da política urbana, assinale a alternativa que indica parte legítima para a propositura da ação de usucapião especial urbana:

- a) Os proprietários, em estado de comosse.
- b) Como substituto processual, a associação de moradores da comunidade, regularmente constituída, com personalidade jurídica, independente de autorização dos representados.
- c) O Município.
- d) O possuidor, isoladamente ou em litisconsórcio originário ou superveniente.
- e) O Ministério Público, como substituto processual.

80. Assinale a alternativa correta quanto à competência em matéria ambiental:

- a) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre atividades nucleares de qualquer natureza.
- b) A competência para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas é exclusiva da União.
- c) Lei complementar poderá fixar normas para a cooperação entre os entes federativos no âmbito da competência administrativa comum. Essa lei complementar, no que se refere à preservação do meio ambiente, foi editada, e é a LC nº 140/11.
- d) Compete aos organismos internacionais promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
- e) A competência para legislar sobre direito urbanístico é privativa da União.

81. A responsabilidade civil ambiental é:

- a) Subjetiva e solidária.
- b) Objetiva e pessoal.
- c) Objetiva, solidária e dependente da existência do dano.
- d) Objetiva, solidária, prescindindo do nexo de causalidade.
- e) Subjetiva, pessoal e dependente da existência do dano.

82. O entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade, corresponde ao conceito de:

- a) Corredor ecológico.
- b) Zona de amortecimento.
- c) Zoneamento.
- d) Reserva legal.
- e) Área de preservação permanente.

83. O princípio que visa harmonizar crescimento econômico, justiça social e preservação do meio ambiente é o princípio do(a):

- a) Obrigatoriedade de intervenção do poder público.
- b) Controle.
- c) Ubiquidade.
- d) Acesso equitativo aos recursos naturais.
- e) Desenvolvimento sustentável.

84. Sobre a lei de crimes ambientais, assinale a alternativa correta:

- a) Nas infrações penais previstas na Lei nº 9.605/98, a ação penal é pública condicionada.
- b) As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas, são a multa, a restritiva de direitos e a prestação de serviços à comunidade.
- c) A Lei nº 9.605/98 não admite a desconsideração da pessoa jurídica.
- d) A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
- e) São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime, a reincidência nos crimes de natureza patrimonial.

85. Não é instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA:

- a) O zoneamento ambiental.
- b) A instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
- c) O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.
- d) O sistema internacional de informações sobre o meio ambiente.
- e) A garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcante

86. De acordo com o art. 201 da Constituição, a maternidade deve ser obrigatoriamente atendida pelo Regime Geral de Previdência Social. No que tange ao salário-maternidade, julgue as assertivas abaixo.

I - a segurada terá direito ao benefício em caso de aborto não criminoso, por período de duas semanas.

II – um homem somente fará jus ao benefício – pelo prazo remanescente – se a segurada falecer no curso do pagamento do salário-maternidade.

III – o salário-maternidade independe de carência.

IV – o benefício terá a duração de 120 dias, com início no período entre 28 dias antes do parto e a data de ocorrência deste, podendo ser prorrogado por duas semanas em razão de critérios médicos e por 60 dias caso a empresa se adeque aos termos do Programa Empresa Cidadã.

V – o salário-maternidade corresponde a um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em período não superior a quinze meses, não podendo ultrapassar o equivalente à remuneração de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Estão corretos:

- a) apenas os itens I, II e IV;
- b) apenas os itens II, III e V
- c) apenas os itens I e IV;
- d) apenas os itens IV e V;
- e) todas estão erradas.

87. O texto permanente da Constituição Federal assegura a aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social:

a) aos 65 anos de idade, se homem, e aos 60 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.

b) aos 35 anos de contribuição, se homem, e aos trinta anos de contribuição, se mulher.

c) com redução de cinco anos no requisito contributivo, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

d) aos 60 anos de idade, se homem, e aos 55 anos de idade, se mulher, para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar.

e) aos 65 anos de idade, se homem, e aos 62 anos de idade, se mulher, independentemente do tempo de contribuição.

88. A Emenda Constitucional n. 103 estabeleceu um novo regramento para a pensão por morte de segurado vinculado ao Regime Geral de Previdência ou de servidor público federal. A respeito do tema, assinale a alternativa incorreta:

a) a pensão por morte será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

b) As cotas cessadas reverterão em favor dos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

c) Na hipótese de o segurado do regime geral ter deixado dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte será equivalente a 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito.

d) Para fins de recebimento da pensão por morte, equiparam-se a filho apenas o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica, excluído o menor sob guarda.

e) Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

89. João e Maria estavam casados há apenas dois meses quando sofreram um acidente de carro que resultou no óbito do cônjuge varão. Considerando que João era segurado do regime geral de previdência e tendo em vista a legislação atual, podemos afirmar que:

a) Independentemente de sua idade, Maria fará jus à pensão por morte vitalícia caso tenha perdido as pernas no mesmo acidente.

b) Independentemente de sua idade, Maria fará jus à pensão por morte durante apenas 04 meses.

c) A pensão será paga durante 06 (seis) anos, caso Maria tivesse menos de 21 anos de idade na data do acidente.

d) A pensão corresponderá a 100% da média aritmética dos salários-de-contribuição vertidos por João, caso o óbito seja caracterizado como acidente do trabalho.

e) A pensão corresponderá a 100% da aposentadoria a que João teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito.

90. A respeito do auxílio-reclusão, assinale a alternativa falsa:

- a) A concessão do benefício independe de carência.
- b) O benefício somente é devido caso o segurado esteja recolhido à prisão em regime fechado.
- c) O benefício somente é devido caso o segurado não receba remuneração de empresa e nem estiver em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.
- d) A aferição da renda mensal bruta para enquadramento do segurado como de baixa renda ocorrerá pela média dos salários de contribuição apurados no período de 12 (doze) meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão.
- e) O exercício de atividade remunerada do segurado recluso, em cumprimento de pena em regime fechado, não acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

91. Os atos do empresário individual impedido por exercer atividade incompatível com a empresa serão considerados:

- a) nulos;
- b) anuláveis;
- c) válidos;
- d) ineficazes;
- e) revogáveis.

92. O estabelecimento empresarial, segundo o código civil é:

- a) uma universalidade de fato, formada por bens materiais e imateriais organizados por empresário ou sociedade empresária;
- b) uma universalidade autônoma com personalidade jurídica própria;
- c) o lugar onde o empresário desenvolve as suas atividades e relação sinonímia com o ponto empresarial;

- d) exclusiva e unicamente vinculado ao lugar onde o empresário ou sociedade empresária desenvolve as suas atividades;
- e) pessoa jurídica despersonalizada.

93. Em relação à sociedade empresarial de cônjuges, é correto afirmar que:

- a) é permitida, salvo se o regime de bens do casal for o da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória;
- b) é proibida seja lá qual for o regime de bens;
- c) é permitida, salvo no caso de separação obrigatória;
- d) é permitida, mas depende de autorização judicial;
- e) proibida em qualquer regime de bens.

94. Igor adquiriu uma boia para a piscina de sua nova residência em uma loja de artigos domésticos. A vendedora, sociedade limitada empresária, recebeu um cheque pré-datado em pagamento e se comprometeu a não o antecipar. Infelizmente, dias após, o cheque é devolvido na conta bancária do emitente, que, felizmente não sofreu nenhum prejuízo material.

Com base na jurisprudência pacificada, assinale a afirmativa correta.

- a) Ainda que não haja o prejuízo material, haverá a caracterização de dano moral.
- b) Não pode ensejar qualquer indenização ao emitente.
- c) Pode ensejar apenas dano moral, mas sem ultrapassar a quantia de 100 salários-mínimos como indenização.
- d) Pode ensejar indenização apenas se o cheque for devolvido sem provisão de fundos.
- e) A questão não é pacificada na jurisprudência.

95. Marquito emitiu nota promissória à vista em favor de Ratinho. Antes da apresentação a pagamento, Ratinho realizou endosso sem garantia para Anitta.

De posse do título, é correto afirmar que Anitta

- a) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Ratinho e Marquito.
- b) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Ratinho.
- c) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Marquito.
- d) Poderá realizar a cobrança de ambos, mas não poderá transferir o título a outra pessoa.
- e) Não é possível a cobrança de nenhuma das partes.

96. A sociedade anônima Rio Preto S/A, fundada pelos sócios Ribeirão e São José, constituída por subscrição particular pretende abrir o seu capital para transacionar as suas ações na bolsa de valores.

Considerando-se o tipo societário e a responsabilidade legal dos sócios a ele inerente após a abertura de capital, assinale a afirmativa correta.

- a) Ribeirão e São José responderão limitadamente até o preço de emissão das ações por eles subscritas.
- b) Ribeirão e São José responderão limitadamente até o valor das quotas por eles subscritas, mas solidariamente pela integralização do capital.
- c) Ribeirão e São José responderão ilimitada, solidária e subsidiariamente pelas obrigações sociais.
- d) Ribeirão e São José responderão limitadamente até o preço de emissão das ações devidamente integralizadas.
- e) A responsabilidade é limitada nas mesmas condições do código civil.

97. Leandro precisa de um veículo automotor para entregar os produtos de seu estabelecimento aos clientes, mas não tem numerário para adquiri-lo. Ele foi aconselhado por sua advogada a celebrar um contrato de arrendamento mercantil. Assinale a opção que indica as faculdades do arrendatário ao final desse contrato.

- a) Devolver o bem ao arrendador, renovar o contrato ou exercer opção de compra.
- b) Subarrendar o bem a terceiro ou exercer a opção de compra.
- c) Subarrendar o bem a terceiro, renovar o contrato ou exercer a opção de compra.
- d) Devolver o bem ao arrendador ou renovar o contrato.

e) O subarrendamento é possível, apenas com caução.

98. Rogerinho pretende iniciar empresa sem a presença de sócios, isso aos dezesseis anos de idade. Foi orientado que poderá constituir uma empresa nas formas de Empresário Individual ou Sociedade Limitada Unipessoal.

Em relação ao que foi orientado, é correto afirmar que:

- a) em ambos os casos, Rogerinho poderá constituir uma empresa com personalidade jurídica própria de pessoa jurídica;
- b) A Sociedade Unipessoal Limitada poderá ser constituída, desde que o seu capital seja superior a 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo do país;
- c) A Sociedade limitada unipessoal poderá ser constituída por pessoa jurídica;
- d) A Sociedade limitada deve ser constituída por 2 (dois) ou mais sócios;
- e) A sociedade não tem limite pluripessoal, mas um máximo de até 10 sócios.

99. A sociedade Lightning Ltda., está passando por reestruturação. Em seu contrato social quanto nas disposições legais relativas ao tipo adotado pela sociedade não há norma regulando a legislação de aplicação supletiva.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) haverá a aplicação das normas de sociedades por ações.
- b) haverá aplicação subsidiária das normas de sociedades anônimas.
- c) haverá aplicação subsidiária das normas de sociedades simples.
- d) Os sócios serão obrigados a incluir, no contrato, cláusula dispendo sobre a regência supletiva.
- e) Não há regência supletiva.

100. Vanessa e Priscila são condôminas de uma quota de sociedade limitada no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). A sócia Priscila pretende adquirir a totalidade das quotas, mas pretende integralizá-las com serviços.

Você é consultado(a), como advogado(a), sobre a possibilidade de a sociedade aceitar a integralização das quotas por intermédio de serviços. Assinale a opção que apresenta a resposta correta.

- a) Ela é obrigada à integralização do capital em dinheiro ou bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- b) Ela poderá integralizar a sua parte em serviços, basta indicar o valor de sua hora e os seus efeitos econômicos para a sociedade no contrato social.
- c) Ela poderá integralizar as quotas em serviços, desde que haja previsão contratual.
- d) Ela não poderá integralizar as quotas em serviços, porque o capital da sociedade é inferior a 100 salários mínimos.
- e) O ordenamento jurídico não apresenta tal restrição.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PGE-AL-09-10>



Estratégia
Carreira Jurídica